

### ▪ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### RECURSO :

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA/RJ

PREGÃO ELETRÔNICO N. 012/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 14.474/2023

Para melhor visualização, as Razões Recursais e anexos foram disponibilizados em formato PDF através do link:  
[https://drive.google.com/drive/folders/1EZfbY49OUDPtjWu4YwWyWjX9nJA2Jhpm?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/drive/folders/1EZfbY49OUDPtjWu4YwWyWjX9nJA2Jhpm?usp=drive_link).

GERMANO PNEUS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita no CNPJ sob o n. 48.926.883/0001-91, estabelecida à Rua Manoel Marques Júnior, n. 585, Bairro Serraria, em São José/SC, CEP 88115-180, representada neste ato por seu proprietário, Sr. Waldemir de Freitas, portador da Cédula de Identidade n. 4582191 SESP/PR e CPF n. 577.177.539-87, com endereço para intimações na sede da pessoa jurídica e no endereço eletrônico [juridico@germanopneus.com.br](mailto:juridico@germanopneus.com.br), vem, com fundamento na Lei n. 8.666/93 e demais dispositivos aplicados à matéria, interpor RECURSO, em face de sua desclassificação nos itens 01, 03, 05, 06, 07, 08 e 11, bem como em face da classificação das empresas GONÇALVES DE SAQUAREMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA nos itens 01, 03, 05, 08 e 11 e JETTA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA nos itens 06, 07 e 09, pelas razões fáticas e jurídicas a seguir expostas.

#### I. DA TEMPESTIVIDADE.

A sessão foi encerrada em 05 de março de 2024 e o prazo para a interposição de Recurso, nos termos da cláusula 13.2.3, página 25 do Edital, é de três dias, contados a partir do deferimento. Transcreve-se:

13.2.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

Ademais, é direito fundamental de todo e qualquer cidadão, o exercício do contraditório e ampla defesa, que serão exercidos através do direito de petição, ambos consagrados no artigo 5º da Constituição Federal.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...] LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

[...] XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder; [...]

Ainda, pelo princípio da autotutela administrativa, previsto pela Súmula 473 do STF, a Administração Pública poderá rever seus próprios atos a qualquer tempo, quando constatados vícios que os tornem ilegais:

#### Súmula 473

A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

Assim, as Razões Recursais são tempestivas e deverão ser recebidas e apreciadas pelas Autoridades responsáveis.

#### II. DOS FATOS.

A Recorrente acessou a plataforma eletrônica de Compras do Governo em dia e horário designados através do Instrumento Convocatório, apresentando a documentação necessária para a sua habilitação e participando da disputa pelos itens do Pregão em epígrafe.

Contudo, fora desclassificada nos itens 01, 03, 05, 06, 07, 08 e 11 sob a justificativa de que deixou de apresentar os catálogos dos produtos, com fundamento na cláusula 7.5 do Edital.

De acordo com o Sr. Pregoeiro durante a sessão, a Recorrente foi convocada para apresentar os catálogos, porém, após encerrado o prazo de convocação via chat do sistema eletrônico, deixou de apresentar os anexos de forma tempestiva.

Ainda, a empresa GONÇALVES DE SAQUAREMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA arrematou os itens 01, 03, 05, 08 e 11, após o Sr. Pregoeiro desclassificar esta empresa nos referidos itens, bem como a empresa JETTA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA venceu os itens 06, 07 e 09.

Todavia, a Recorrida GONÇALVES DE SAQUAREMA apresentou atestado de capacidade técnica com fornecimento de material não compatível com o objeto do certame e deixou de apresentar o certificado de garantia do fabricante exigido pelo Anexo I do Termo de Referência. Também, a Recorrida JETTA deixou de apresentar o certificado de garantia do fabricante exigido pelo Termo.

Considerando que esta empresa apresentou os catálogos referentes aos itens em que se sagrou vencedora e que o Sr. Pregoeiro deixou de convocar a Recorrente para apresentar os catálogos em momento oportuno, qual seja, quando

passou a arrematação dos itens para esta empresa e, considerando que as Recorridas deixaram de cumprir com as exigências editalícias, a Recorrente apresenta estas Razões Recursais, a fim de que a Decisão tomada seja reanalisada pelo Sr. Pregoeiro e Equipe de Apoio.

### III. DO MÉRITO.

#### III.1. DO SANEAMENTO DO PROCESSO.

De início, frisa-se que a licitação possui duas finalidades precípuas, consistentes na obtenção da proposta mais vantajosa ao interesse público e a concessão de iguais oportunidades a todos os que pretendem contratar com a Administração Pública, em consonância ao princípio da isonomia.

No decorrer da licitação, que é voltada a uma finalidade específica, qual seja a seleção da proposta mais vantajosa ao interesse público, o Órgão julgador responsável pela condução dos trabalhos e processamento de todo o certame, seja ele colegiado ou singular – Comissão de Licitação ou Pregoeiro, poderá, por vezes, deparar-se com dificuldades para tomada de decisões em face de questões incidentais ou até mesmo de obscuridades.

Na maior parte dos casos, para superar tais obstáculos, haverá necessidade de se buscar esclarecimentos, elucidar pontos controversos, confirmar informações, realizar vistorias, perícias, pesquisas, colher opiniões de técnicos especializados para só então, com a questão totalmente aclarada e pacificada, poder decidir com tranquilidade e segurança.

Assim, desde que não cause prejuízo à Administração, uma empresa não pode ser desclassificada em um procedimento licitatório por conta de questões irrelevantes, como omissões e irregularidades formais na documentação ou nas propostas.

Nota-se que o Edital do Pregão em epígrafe versa acerca dos documentos complementares em sua cláusula 10.5, tratando especificamente da apresentação de catálogos que contenham as características do material ofertado no item 10.5.2 (página 14).

Infere-se que o Sr. Pregoeiro alegou que a Recorrente deixou de apresentar os catálogos dos itens, através do próprio sistema eletrônico, desclassificando-a nos itens 01, 03, 05, 06, 07, 08 e 11.

Ocorre que, após a disputa de lances, a Recorrente foi classificada em segundo lugar nos referidos itens, motivo pelo qual aguardava momento oportuno para anexar os catálogos, que seria o momento da convocação após o aceite individual da proposta, onde arremataria o item pelo lance ofertado. Entretanto, tal convocação não ocorreu, uma vez que o Sr. Pregoeiro recusou as propostas antes mesmo de solicitar os catálogos para a licitante vencedora do item.

Considerando que os catálogos e amostras são procedimentos complementares com a mesma finalidade, qual seja, a de realizar o julgamento das propostas e verificar se os produtos ofertados atendem às qualificações técnicas determinadas pelo Instrumento Convocatório, aplica-se o instituto da interpretação analógica, fazendo com que a exigência seja direcionada somente aos licitantes vencedores (item 10.6, página 14 do Edital).

A necessidade de celeridade e eficiência nas compras e contratações públicas não autoriza a Administração a exigir a apresentação de amostras de todos os participantes da licitação, isto porque estas exigências complementares têm o intuito de gerar a menor onerosidade possível aos licitantes, não podendo, para tanto, restringir a competitividade e prejudicar a obtenção da proposta mais vantajosa.

O Tribunal de Contas da União, em seu entendimento consolidado, orienta que a exigência de amostras seja efetuada tão-somente ao licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar. Vejamos:

[...] 9.3.1. exigência de entrega de amostra para prova de conceito por todos os licitantes, inserto no item 3.7.2 do edital, uma vez que essa entrega somente deve ser exigida do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, conforme jurisprudência desta Corte de Contas, consubstanciada no Acórdão 2763/2013-TCU-Plenário, específico sobre prova de conceito, e outros acórdãos relativos à exigência de amostra lato sensu, a exemplo dos Acórdãos 1.634/2007, 3.269/2012, 2.933/2016, todos do Plenário deste Tribunal; [...] (TCU, Acórdão 2640/2019 – Plenário, em 30/10/2019).

[...] 9.3.4. observe que a exigência de apresentação de amostras é admitida apenas na fase de classificação das propostas, somente do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar e desde que de forma previamente disciplinada e detalhada no instrumento convocatório (Acórdão 1291/2011-TCU-Plenário, 2.780/2011-TCU-2ª Câmara, 4.278/2009-TCU-1ª Câmara, 1.332/2007-TCU-Plenário, 3.130/2007-TCU-1ª Câmara e 3.395/2007-1ª Câmara); [...] (TCU, Acórdão 2368/2013 – Plenário, em 04/09/2013).

Desta forma, a situação ocorrida apenas limitou o caráter competitivo da licitação e transgrediu princípios amplamente defendidos pela Constituição Federal, sobretudo o da proporcionalidade. Outrossim, restou prejudicada a ampla concorrência e a segurança jurídica dos participantes, mostrando uma desvantagem para a Administração, em desacordo com que preceitua o artigo 3º, caput da Lei n. 8.666/93.

Todas as exigências realizadas pela Administração nos processos licitatórios, além de respeitar os limites constitucionais, devem se limitar a exigências estritamente necessárias, pois toda e qualquer exigência excessiva que restrinja o caráter competitivo do certame, fere as vedações impostas e princípios como o da economicidade, uma vez que as mercadorias serão adquiridas pela Administração por valores mais elevados. Nesse sentido, cita-se o artigo 3º, §1º, inciso I da Lei n. 8.666/93:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no

art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991; [...] (Grifos acrescidos).

Desse modo, já se posicionou o Tribunal de Contas da União:

Acórdão n. 987/2019, TCU-Plenário. Relator Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa. Eventual restrição do caráter competitivo do certame.

11. A licitação visa, nos termos do inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal, a assegurar a igualdade de condições a todos os concorrentes. Da mesma forma, o art. 3º da Lei 8.666/1993 prevê que licitação deve garantir o princípio da isonomia. 12. O inciso I do § 1º do art. 3º, da Lei 8.666/1993 veda a inclusão de cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo da licitação. Nesse mesmo sentido, a jurisprudência do TCU assevera que:

'Cláusulas com potencial de restringir o caráter competitivo do certame devem ser objeto de adequada fundamentação, baseada em estudos prévios à licitação que indiquem a obrigatoriedade de inclusão de tais regras para atender às necessidades específicas do órgão, sejam de ordem técnica ou econômica.' (Enunciado da Jurisprudência Seleccionada do TCU, Acórdão 2.441/2017-TCU-Plenário, Rel. Aroldo Cedraz). 'A Administração deve fundamentar tecnicamente quaisquer exigências de especificações ou condições com potencial de restringir o universo de competidores, assim como evitar o detalhamento excessivo do objeto, de modo a não direcionar a licitação.' (Item 9.3.2 do Acórdão n. 2.407/2006, TCU-Plenário, Rel. Benjamin Zymler).

No entanto, ainda que não tenham sido apresentados os catálogos em sua totalidade, o teor de tais documentos é anterior ao Processo, estando vinculados à proposta que foi previamente apresentada, se tratando, portanto, de um vício sanável.

Assim, a fim de sanear o processo e com base no princípio da segurança jurídica e do formalismo moderado, cabe ao Sr. Pregoeiro proceder com a abertura de diligência saneadora, oportunizando a esta Recorrente a apresentação dos catálogos dos itens 01, 03, 05, 06, 07, 08 e 11, conforme entendimento dos Tribunais de Contas.

Destaca-se que o Tribunal de Contas da União entende pela adoção do princípio do formalismo moderado como pilar da possibilidade de saneamento de falhas nos procedimentos licitatórios. O formalismo moderado pondera o princípio da eficiência e o da segurança jurídica, ostentando importante função no cumprimento dos objetivos das licitações – busca da proposta mais vantajosa para a Administração, garantia da isonomia e promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

Nesse segmento, foram os Acórdãos n. 1217/2023, 468/2022, 1211/2021, 2443/2021 e 2568/2021 do TCU. Observa-se:

Acórdão n. 1217/2023, TCU – Plenário. (...) 15. Cumpre ressaltar que caso a exigência ora questionada estivesse explicitamente prevista no edital, o que não ocorreu, não é possível a interpretação de que a melhor proposta deveria ser desclassificada com base, restritamente, na aplicação do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, pois tal princípio não se sobrepõe aos princípios do formalismo moderado, da supremacia do interesse público, da economicidade, da seleção da proposta mais vantajosa e da obtenção da competitividade.

16. Nesse sentido, trago à baila trecho do Voto do Ministro Benjamin Zymler, que embasou o recente Acórdão 898/2019-TCU-Plenário e que tratou de situação similar a que ora se analisa:

'13. Conforme deixei consignado no estágio anterior deste processo, em face do princípio do formalismo moderado e da supremacia do interesse público, que permeiam os processos licitatórios, o fato de o licitante apresentar proposta com erros formais ou vícios sanáveis não enseja a sua desclassificação, podendo ser corrigidos com a apresentação de nova proposta desprovida dos erros. Nesse sentido, há remansosa jurisprudência desta Corte de Contas, a exemplo do Acórdão 2239/2018-TCU-Plenário, em que o TCU entendeu ser irregular a desclassificação de proposta vantajosa à administração por erro de baixa materialidade que possa ser sanado mediante diligência, por afrontar o interesse público. (Grifo no original).

Acórdão n. 468/2022, TCU – Plenário. Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oponente, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim). A pregoeira, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registradas em ata e acessível aos licitantes, nos termos dos arts. 89, inciso XII, alínea "h"; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019; sendo que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021) não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo Pregoeiro. (Grifos acrescidos).

Acórdão n. 1211/2021, TCU – Plenário. (Representação, Relator Ministro Walton Alencar Rodrigues) Licitação. Habilitação de licitante. Documentação. Documento novo. Vedação. Definição. A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Lei 14.133/2021 (nova Lei de Licitações), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro. (Grifos acrescidos).

Acórdão n. 2443/2021 (...) 9.4. deixar assente que, o pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea 'h'; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019; sendo que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro;" [...] (Grifos acrescidos).

Acórdão n. 2568/2021, TCU – Plenário (...) 16.1.1. a inabilitação da empresa Contato Internet Ltda., com fundamento na não apresentação de documento que deveria estar constante originalmente de sua proposta, afrontou a jurisprudência mais recente deste Tribunal (Acórdão 1.211/2021- TCU-Plenário), visto que a vedação à inclusão de

novo documento, prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993, não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deveria ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro mediante diligência saneadora, haja vista ainda o disposto no art. 47 do Decreto 10.024/2019 e o entendimento extraído do mencionado acórdão. (Grifos acrescidos).

Desse modo, a Recorrente encaminha os catálogos anexos, demonstrando que os produtos ofertados estão de acordo com as características técnicas exigidas pela Administração Pública.

### III.II. DA HABILITAÇÃO DAS EMPRESAS GONÇALVES DE SAQUAREMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA E JETTA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

Preliminarmente, com vistas a garantir um Processo Licitatório eficaz e isonômico entre os concorrentes, o Edital deve conter cláusulas claras e objetivas, conforme dispõe o artigo 3º da Lei n. 10.520/02:

Art. 3º. A fase preparatória do pregão observará o seguinte:

- I - a autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento;
- II - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição; [...].

O referido dispositivo legal também aborda o tema em seu art. 40:

Art. 40. O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

- I - objeto da licitação, em descrição sucinta e clara; [...]

Isso porque o Instrumento Convocatório vincula a Administração e as partes, de maneira que as exigências e disposições elencadas no Edital devem ser cumpridas em sua integralidade, vide artigo 41 da Lei n. 8.666/93 e artigo 5º da Lei n. 14.133/21:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro). (Grifos Acrescidos).

Em consulta ao Termo de Referência do Pregão em apreço, observa-se o seguinte (páginas 02 e 07):

Deste modo, infere-se que o Instrumento Convocatório é cristalino ao determinar que a licitante deve apresentar o certificado de garantia do fabricante, bem como atestado de capacidade técnica com fornecimento de material compatível com o objeto do certame.

Entretanto, a Recorrida GONÇALVES DE SAQUAREMA apresentou atestado de capacidade técnica com fornecimento de material incompatível com o objeto do certame. Vejamos (print retirado do atestado apresentado pela Recorrida, anexo):

Ademais, a Recorrida deixou de apresentar o certificado de garantia do fabricante exigido pela Administração, nos termos da cláusula 12 do Termo de Referência. Quanto à Recorrida JETTA, também deixou de apresentar o certificado de garantia do fabricante exigido. Ambas as afirmações podem ser verificadas através do rol de documentos juntados pelas licitantes, nas pastas de documentos de habilitação do Pregão (lista anexa).

Assim, deve a Administração atuar e julgar em estrita conformidade com os princípios básicos que regem os Processos Licitatórios, quais sejam: o da legalidade, da impessoalidade, da publicidade, da probidade administrativa e, principalmente, o da vinculação ao Instrumento Convocatório, de acordo com o que dispõe o artigo 3º da Lei n. 8.666/93.

Cabe destacar, que ao descumprir as normas constantes no Edital, a Administração Pública frustra o caráter competitivo da licitação e viola os princípios norteadores da atividade administrativa acima mencionados.

Desse modo, o descumprimento de qualquer regra do Edital merece ser reprimido, inclusive através dos instrumentos de controle interno da Administração Pública.

Isto posto, com base no princípio da vinculação ao Edital, tempestivamente, esta Recorrente manifesta seu inconformismo com a Decisão tomada, requerendo a inabilitação das empresas GONÇALVES DE SAQUAREMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA e JETTA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, apresentando nesta data suas Razões de Recurso, visando a reforma da Decisão Administrativa para livrar o certame destes vícios evidentes, que atentam contra a Administração Pública e a esta concorrente de boa-fé.

### IV. DOS PEDIDOS.

Diante do exposto, requer-se:

- a) o provimento do presente Recurso, amparado nas Razões Recursais, requerendo que o Sr. Pregoeiro reconsidere sua Decisão, classificando a Recorrente nos itens 01, 03, 05, 06, 07, 08 e 11, com a posterior adjudicação dos itens;
- b) a inabilitação das Recorridas GONÇALVES DE SAQUAREMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA e JETTA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA pela não apresentação da documentação completa exigida pelo Edital e, na hipótese inesperada de isso não ocorrer, faça este subir à Autoridade Superior em consonância com o previsto no §4º do artigo 109 da Lei n. 8.666/93;
- c) por derradeiro, requer que a Recorrente seja intimada da Decisão do presente Recurso no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, em respeito ao §4º do artigo 109 da Lei n. 8.666/93, no endereço eletrônico [juridico@germanopneus.com.br](mailto:juridico@germanopneus.com.br), para que, em caso de indeferimento, possa impetrar Mandado de Segurança visando a suspensão do certame até deliberação do juízo acerca do caso, ou manejar Representação ao TCE, nos termos do inciso II do mesmo artigo.

Nesses termos, pede deferimento.  
São José/SC, 08 de março de 2024.

---

Waldemir de Freitas

**Voltar** **Fechar**

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA/RJ

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 012/2023**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 14.474/2023**

**GERMANO PNEUS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita no CNPJ sob o n. 48.926.883/0001-91, estabelecida à Rua Manoel Marques Júnior, n. 585, Bairro Serraria, em São José/SC, CEP 88115-180, representada neste ato por seu proprietário, Sr. Waldemir de Freitas, portador da Cédula de Identidade n. 4582191 SESP/PR e CPF n. 577.177.539-87, com endereço para intimações na sede da pessoa jurídica e no endereço eletrônico [juridico@germanopneus.com.br](mailto:juridico@germanopneus.com.br), vem, com fundamento na Lei n. 8.666/93 e demais dispositivos aplicados à matéria, interpor **RECURSO**, em face de sua desclassificação nos itens 01, 03, 05, 06, 07, 08 e 11, bem como em face da classificação das empresas **GONÇALVES DE SAQUAREMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA** nos itens 01, 03, 05, 08 e 11 e **JETTA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA** nos itens 06, 07 e 09, pelas razões fáticas e jurídicas a seguir expostas.

## **I. DA TEMPESTIVIDADE.**

A sessão foi encerrada em 05 de março de 2024 e o prazo para a interposição de Recurso, nos termos da cláusula 13.2.3, página 25 do Edital, é de três dias, contados a partir do deferimento. Transcreve-se:

13.2.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes

assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

Ademais, é direito fundamental de todo e qualquer cidadão, o exercício do contraditório e ampla defesa, que serão exercidos através do direito de petição, ambos consagrados no artigo 5º da Constituição Federal.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:  
[...] LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;  
[...] XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:  
a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder; [...]

Ainda, pelo princípio da autotutela administrativa, previsto pela Súmula 473 do STF, a Administração Pública poderá rever seus próprios atos a qualquer tempo, quando constatados vícios que os tornem ilegais:

#### Súmula 473

A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

Assim, as Razões Recursais são tempestivas e deverão ser recebidas e apreciadas pelas Autoridades responsáveis.

## II. DOS FATOS.

A Recorrente acessou a plataforma eletrônica de Compras do Governo em dia e horário designados através do Instrumento Convocatório, apresentando a documentação necessária para a sua habilitação e participando da disputa pelos itens do Pregão em epígrafe.

Contudo, fora **desclassificada nos itens 01, 03, 05, 06, 07, 08 e 11** sob a justificativa de que deixou de apresentar os catálogos dos produtos, com fundamento na cláusula 7.5 do Edital.

De acordo com o Sr. Pregoeiro durante a sessão, a Recorrente foi convocada para apresentar os catálogos, porém, após encerrado o prazo de convocação via chat do sistema eletrônico, deixou de apresentar os anexos de forma tempestiva.

Ainda, a empresa **GONÇALVES DE SAQUAREMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA** arrematou os itens 01, 03, 05, 08 e 11, após o Sr. Pregoeiro desclassificar esta empresa nos referidos itens, bem como a empresa **JETTA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA** venceu os itens 06, 07 e 09.

Todavia, a Recorrida GONÇALVES DE SAQUAREMA apresentou atestado de capacidade técnica com fornecimento de material não compatível com o objeto do certame e deixou de apresentar o certificado de garantia do fabricante exigido pelo Anexo I do Termo de Referência. Também, a Recorrida JETTA deixou de apresentar o certificado de garantia do fabricante exigido pelo Termo.

Considerando que esta empresa apresentou os catálogos referentes aos itens em que se sagrou vencedora e que o Sr. Pregoeiro deixou de convocar a Recorrente para apresentar os catálogos em momento oportuno, qual seja, quando passou a arrematação dos itens para esta empresa e, considerando que as Recorridas deixaram de cumprir com as exigências editalícias, a Recorrente apresenta estas Razões Recursais, a fim de que a Decisão tomada seja reanalisada pelo Sr. Pregoeiro e Equipe de Apoio.

### III. DO MÉRITO.

#### III.1. DO SANEAMENTO DO PROCESSO.

De início, frisa-se que a licitação possui duas finalidades precípuas, consistentes na obtenção da proposta mais vantajosa ao interesse público e a concessão de iguais oportunidades a todos os que pretendem contratar com a Administração Pública, em consonância ao princípio da isonomia.



No decorrer da licitação, que é voltada a uma finalidade específica, qual seja a seleção da proposta mais vantajosa ao interesse público, o Órgão julgador responsável pela condução dos trabalhos e processamento de todo o certame, seja ele colegiado ou singular – Comissão de Licitação ou Pregoeiro, poderá, por vezes, deparar-se com dificuldades para tomada de decisões em face de questões incidentais ou até mesmo de obscuridades.

Na maior parte dos casos, para superar tais obstáculos, haverá necessidade de se buscar esclarecimentos, elucidar pontos controversos, confirmar informações, realizar vistorias, perícias, pesquisas, colher opiniões de técnicos especializados para só então, com a questão totalmente aclarada e pacificada, poder decidir com tranquilidade e segurança.

Assim, desde que não cause prejuízo à Administração, uma empresa não pode ser desclassificada em um procedimento licitatório por conta de questões irrelevantes, como omissões e irregularidades formais na documentação ou nas propostas.

Nota-se que o Edital do Pregão em epígrafe versa acerca dos documentos complementares em sua cláusula 10.5, tratando especificamente da **apresentação de catálogos** que contenham as características do material ofertado no item 10.5.2 (página 14).

Infere-se que o Sr. Pregoeiro alegou que a Recorrente deixou de apresentar os catálogos dos itens, através do próprio sistema eletrônico, desclassificando-a nos itens 01, 03, 05, 06, 07, 08 e 11.

Ocorre que, após a disputa de lances, **a Recorrente foi classificada em segundo lugar** nos referidos itens, motivo pelo qual aguardava momento oportuno para anexar os catálogos, que seria o momento da convocação após o aceite individual da proposta, onde arremataria o item pelo lance ofertado. Entretanto, tal convocação não ocorreu, uma vez que o Sr. Pregoeiro recusou as propostas antes mesmo de solicitar os catálogos para a licitante vencedora do item.

Considerando que os **catálogos** e **amostras** são procedimentos complementares com a mesma finalidade, qual seja, a de realizar o julgamento das propostas e verificar se os produtos ofertados atendem às qualificações técnicas determinadas pelo Instrumento Convocatório, aplica-se o instituto da interpretação analógica, fazendo com que a exigência seja direcionada **somente aos licitantes vencedores** (item 10.6, página 14 do Edital).

A necessidade de celeridade e eficiência nas compras e contratações públicas não autoriza a Administração a exigir a apresentação de amostras de todos os participantes da licitação, isto porque **estas exigências complementares têm o intuito de gerar a menor onerosidade possível aos licitantes**, não podendo, para tanto, restringir a competitividade e prejudicar a obtenção da proposta mais vantajosa.

O **Tribunal de Contas da União**, em seu entendimento consolidado, orienta que a exigência de amostras seja efetuada tão-somente ao licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar. Vejamos:

[...] 9.3.1. exigência de entrega de amostra para prova de conceito por todos os licitantes, inserto no item 3.7.2 do edital, uma vez que essa entrega somente deve ser exigida do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, conforme jurisprudência desta Corte de Contas, consubstanciada no Acórdão 2763/2013-TCU-Plenário, específico sobre prova de conceito, e outros acórdãos relativos à exigência de amostra lato sensu, a exemplo dos Acórdãos 1.634/2007, 3.269/2012, 2.933/2016, todos do *Plenário* deste Tribunal; [...] (TCU, **Acórdão 2640/2019 – Plenário, em 30/10/2019**).

[...] 9.3.4. observe que a exigência de apresentação de amostras é admitida apenas na fase de classificação das propostas, somente do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar e desde que de forma previamente disciplinada e detalhada no instrumento convocatório (Acórdão 1291/2011-TCU-Plenário, 2.780/2011-TCU-2ª Câmara, 4.278/2009-TCU-1ª Câmara, 1.332/2007-TCU-Plenário, 3.130/2007-TCU-1ª Câmara e 3.395/2007-1ª Câmara); [...] (TCU, **Acórdão 2368/2013 – Plenário, em 04/09/2013**).

Desta forma, a situação ocorrida apenas limitou o caráter competitivo da licitação e transgrediu princípios amplamente defendidos

pela Constituição Federal, sobretudo o da proporcionalidade. Outrossim, restou prejudicada a ampla concorrência e a segurança jurídica dos participantes, mostrando uma desvantagem para a Administração, em desacordo com que preceitua o artigo 3º, caput da Lei n. 8.666/93.

Todas as exigências realizadas pela Administração nos processos licitatórios, além de respeitar os limites constitucionais, devem se limitar a exigências estritamente necessárias, pois toda e qualquer **exigência excessiva** que restrinja o caráter competitivo do certame, fere as vedações impostas e princípios como o da economicidade, uma vez que as mercadorias serão adquiridas pela Administração por valores mais elevados. Nesse sentido, cita-se o artigo 3º, §1º, inciso I da Lei n. 8.666/93:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, **a seleção da proposta mais vantajosa** para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§1º **É vedado aos agentes públicos:**

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, **cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo**, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991; [...] (Grifos acrescidos).

Desse modo, já se posicionou o **Tribunal de Contas da União**:

Acórdão n. 987/2019, TCU-Plenário. Relator Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa. **Eventual restrição do caráter competitivo do certame.**

11. A licitação visa, nos termos do inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal, a assegurar a igualdade de condições a todos os concorrentes. Da mesma forma, o art. 3º da Lei 8.666/1993 prevê que licitação deve garantir o princípio da isonomia. 12. O inciso I do § 1º do art. 3º, da Lei 8.666/1993 veda a inclusão de cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo da licitação. Nesse mesmo sentido, a jurisprudência do TCU assevera que:

‘Cláusulas com potencial de restringir o caráter competitivo do certame devem ser objeto de adequada fundamentação, baseada em estudos prévios à licitação que indiquem a obrigatoriedade de inclusão de tais regras para atender às necessidades específicas do órgão, sejam de ordem técnica ou econômica.’ (Enunciado da Jurisprudência Seleccionada do TCU, Acórdão 2.441/2017-TCU-Plenário, Rel. Aroldo Cedraz). ‘A Administração deve fundamentar tecnicamente quaisquer exigências de especificações ou condições com potencial de restringir o universo de competidores, assim como evitar o detalhamento excessivo do objeto, de modo a não direcionar a licitação.’ (Item 9.3.2 do Acórdão n. 2.407/2006, TCU-Plenário, Rel. Benjamin Zymler).

No entanto, ainda que não tenham sido apresentados os catálogos em sua totalidade, o teor de tais documentos é **anterior ao Processo**, estando vinculados à proposta que foi previamente apresentada, se tratando, portanto, de um vício sanável.

Assim, a fim de sanear o processo e com base no princípio da segurança jurídica e do formalismo moderado, cabe ao Sr. Pregoeiro proceder com a abertura de diligência saneadora, oportunizando a esta Recorrente a apresentação dos catálogos dos itens 01, 03, 05, 06, 07, 08 e 11, conforme entendimento dos Tribunais de Contas.

Destaca-se que o **Tribunal de Contas da União** entende pela adoção do princípio do **formalismo moderado** como pilar da possibilidade de saneamento de falhas nos procedimentos licitatórios. O formalismo moderado pondera o princípio da eficiência e o da segurança jurídica, ostentando importante função no cumprimento dos objetivos das licitações – busca da proposta mais vantajosa para a Administração, garantia da isonomia e promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

Nesse segmento, foram os Acórdãos n. 1217/2023, 468/2022, 1211/2021, 2443/2021 e 2568/2021 do TCU. Observa-se:

Acórdão n. 1217/2023, TCU – Plenário. (...) 15. Cumpre ressaltar que caso a exigência ora questionada estivesse explicitamente prevista no edital, o que não ocorreu, não é possível a interpretação de que a melhor proposta deveria ser desclassificada com base, restritamente, na aplicação do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, pois tal princípio não se sobrepõe aos princípios do formalismo moderado, da supremacia do interesse público, da

economicidade, da seleção da proposta mais vantajosa e da obtenção da competitividade.

16. Nesse sentido, trago à baila trecho do Voto do Ministro Benjamin Zymler, que embasou o recente Acórdão 898/2019-TCU-Plenário e que tratou de situação similar a que ora se analisa:

'13. Conforme deixei consignado no estágio anterior deste processo, **em face do princípio do formalismo moderado e da supremacia do interesse público, que permeiam os processos licitatórios, o fato de o licitante apresentar proposta com erros formais ou vícios sanáveis não enseja a sua desclassificação, podendo ser corrigidos com a apresentação de nova proposta desprovida dos erros.** Nesse sentido, há remansosa jurisprudência desta Corte de Contas, a exemplo do Acórdão 2239/2018-TCU-Plenário, em que o TCU entendeu ser irregular a desclassificação de proposta vantajosa à administração por erro de baixa materialidade que possa ser sanado mediante diligência, por afrontar o interesse público. (Grifo no original).

Acórdão n. 468/2022, TCU – Plenário. **Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade** entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim). A pregoeira, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registradas em ata e acessível aos licitantes, nos termos dos arts. 89, inciso XII, alínea "h"; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019; sendo que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art.43, §3º, da lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021) não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo Pregoeiro. (Grifos acrescidos).

Acórdão n. 1211/2021, TCU – Plenário. (Representação, Relator Ministro Walton Alencar Rodrigues) Licitação. Habilitação de licitante. Documentação. Documento novo. Vedação. Definição. **A vedação à inclusão de novo documento**, prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Lei 14.133/2021 (nova Lei de Licitações), **não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro.** (Grifos acrescidos).

Acórdão n. 2443/2021 (...) 9.4. deixar assente que, **o pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes**, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea 'h'; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019; sendo que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro;" [...] (Grifos acrescidos).

Acórdão n. 2568/2021, TCU – Plenário (...) 16.1.1. a inabilitação da empresa Contato Internet Ltda., com fundamento na não apresentação de documento que deveria estar constante originalmente de sua proposta, afrontou a jurisprudência mais recente deste Tribunal (Acórdão 1.211/2021- TCU-Plenário), **visto que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993, não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deveria ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro mediante diligência saneadora**, haja vista ainda o disposto no art. 47 do Decreto 10.024/2019 e o entendimento extraído do mencionado acórdão. (Grifos acrescidos).

Desse modo, a Recorrente encaminha os catálogos anexos, demonstrando que os produtos ofertados estão de acordo com as características técnicas exigidas pela Administração Pública.

### **III.II. DA HABILITAÇÃO DAS EMPRESAS GONÇALVES DE SAQUAREMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA E JETTA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.**

Preliminarmente, com vistas a garantir um Processo Licitatório eficaz e isonômico entre os concorrentes, o Edital deve conter cláusulas claras e objetivas, conforme dispõe o artigo 3º da Lei n. 10.520/02:

Art. 3º. A fase preparatória do pregão observará o seguinte:  
I - a autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento;

II - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição; [...].

O referido dispositivo legal também aborda o tema em seu art. 40:

Art. 40. O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

I - objeto da licitação, em descrição sucinta e clara; [...]

Isso porque o **Instrumento Convocatório vincula a Administração e as partes, de maneira que as exigências e disposições elencadas no Edital devem ser cumpridas em sua integralidade**, vide artigo 41 da Lei n. 8.666/93 e artigo 5º da Lei n. 14.133/21:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, **ao qual se acha estritamente vinculada.**

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, **da vinculação ao edital**, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro). (Grifos Acrescidos).

Em consulta ao Termo de Referência do Pregão em apreço, observa-se o seguinte (páginas 02 e 07):

Os pneus deverão atender aos termos, diretrizes e critérios estabelecidos pelo INMETRO, devendo ter impresso o selo de vistoria do INMETRO e apresentar a garantia de fábrica da validade dos pneus.



## 18. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Apresentar atestado(s) de capacidade técnica da licitante, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que a empresa fornece ou forneceu produtos compatíveis ao objeto e que os termos contratuais estão sendo ou foram cumpridos integralmente.

Deste modo, infere-se que o Instrumento Convocatório é cristalino ao determinar que a licitante deve apresentar o certificado de garantia do fabricante, bem como atestado de capacidade técnica com fornecimento de material compatível com o objeto do certame.

Entretanto, a Recorrida GONÇALVES DE SAQUAREMA apresentou atestado de capacidade técnica com fornecimento de material **incompatível** com o objeto do certame. Vejamos (*print* retirado do atestado apresentado pela Recorrida, anexo):

Atestamos, para os devidos fins, que a empresa GONÇALVES DE SAQUAREMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 27.067.829/0001-68, estabelecida na Avenida Saquarema, nº5350, Loja A - Parte, Bacaxá, Saquarema/RJ, CEP: 28.994-711, responsável legal UEBER GONÇALVES FERREIRA, portador da identidade nº 241497908 DIC/RJ, inscrito no CPF 149.063.207-75, presta serviços a empresa CENTRO EMPRESARIAL ENGRACIA DA SILVA ARAUJO, inscrita no CNPJ 15.090.164/0001-24, estabelecida na Avenida Getúlio Vargas, 221, Centro, Araruama - Rio de Janeiro, CEP 28970-000, detém qualificação técnica para fornecimento de material de construção, hidráulico e elétrico.

Ademais, a Recorrida **deixou de apresentar o certificado de garantia do fabricante** exigido pela Administração, nos termos da cláusula 12 do Termo de Referência. Quanto à Recorrida JETTA, **também deixou de apresentar o certificado de garantia do fabricante** exigido. Ambas as afirmações podem ser verificadas através do rol de documentos juntados pelas licitantes, nas pastas de documentos de habilitação do Pregão (lista anexa).

Assim, deve a Administração atuar e julgar em estrita conformidade com os princípios básicos que regem os Processos Licitatórios, quais sejam: o da legalidade, da impessoalidade, da publicidade, da probidade administrativa e, principalmente, o da



**vinculação ao Instrumento Convocatório**, de acordo com o que dispõe o artigo 3º da Lei n. 8.666/93.

Cabe destacar, que ao descumprir as normas constantes no Edital, a Administração Pública frustra o caráter competitivo da licitação e viola os princípios norteadores da atividade administrativa acima mencionados.

Desse modo, o descumprimento de qualquer regra do Edital merece ser reprimido, inclusive através dos instrumentos de controle interno da Administração Pública.

Isto posto, com base no princípio da vinculação ao Edital, tempestivamente, esta Recorrente manifesta seu inconformismo com a Decisão tomada, requerendo a **inabilitação** das empresas **GONÇALVES DE SAQUAREMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA** e **JETTA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, apresentando nesta data suas Razões de Recurso, visando a reforma da Decisão Administrativa para livrar o certame destes vícios evidentes, que atentam contra a Administração Pública e a esta concorrente de boa-fé.

#### **IV. DOS PEDIDOS.**


Diante do exposto, requer-se:

a) o provimento do presente Recurso, amparado nas Razões Recursais, requerendo que o Sr. Pregoeiro reconsidere sua Decisão, **classificando** a Recorrente nos itens 01, 03, 05, 06, 07, 08 e 11, com a posterior adjudicação dos itens;

b) a **inabilitação** das Recorridas **GONÇALVES DE SAQUAREMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA** e **JETTA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA** pela não apresentação da documentação completa exigida pelo Edital e, na hipótese inesperada de isso não ocorrer, faça este subir à Autoridade Superior em consonância com o previsto no §4º do artigo 109 da Lei n. 8.666/93;

c) por derradeiro, requer que a Recorrente seja intimada da Decisão do presente Recurso no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, em respeito ao §4º do artigo 109 da Lei n. 8.666/93, no endereço eletrônico **juridico@germanopneus.com.br**, para que, em caso de indeferimento, possa impetrar Mandado de Segurança visando a suspensão do certame até deliberação do juízo acerca do caso, ou manejar Representação ao TCE, nos termos do inciso II do mesmo artigo.

Nesses termos, pede deferimento.  
São José/SC, 08 de março de 2024.



---

**Waldemir de Freitas**  
**Representante legal**



PROCESSO Nº

FLS. \_\_\_\_\_ RUBRICA \_\_\_\_\_

## RECURSO ADMINISTRATIVO

**Recorrente: GERMANO PNEUS LTDA**

**Recorridas:**

1. GONÇALVES DE SAQUAREMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA
2. JETTA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

**Referente ao Processo nº 14.474/2023**

**Pregão Eletrônico nº 012/2023**

Trata-se de **RECURSO contra ao Edital do Pregão Eletrônico nº 012/2023**, interposto pela empresa **GERMANO PNEUS LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº. 48.926.883/0001-91, com sede na Rua Manoel Marques Júnior, n. 585, Bairro Serraria, em São José/SC, CEP 88115-180, neste ato representado por Waldemir de Freitas

### I. DA ADMISSIBILIDADE DO PEDIDO

A previsão legal do instituto do recurso em processo licitatório, apoiar-se na Lei nº 10.520/2002, Art. 4, inciso XVIII, conforme os excertos seguintes:

*Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:*

*I (...)*

*XVIII – declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos:*





PROCESSO Nº

FLS. \_\_\_\_\_ RUBRICA \_\_\_\_\_

## II. TEMPESTIVIDADE

A data de abertura da sessão pública do certame, no Portal de Compras Públicas, foi marcada originalmente para ocorrer em 28/02/2024, conforme extrato publicado no Diário Oficial do Município, encerrando-se no dia 05/03/2024. Assim, assistindo ao item 13 e subitens do instrumento convocatório, foi aberto prazo para manifestação de intenção de recursos de 30 (trinta) minutos e de 03 (três) dias úteis para manifestação de memorial de razões, conforme a condição decadente de lastro temporal, estabelecida na Lei 10.520/2023 em exame foi entreposto tempestivamente de forma motivada em sistema. A intenção foi aceita em conformidade aos arts. 5º, inciso LV, da Constituição Federal; 4º, inciso XVIII, da Lei 10.520/2002; e 44, § 1º, do Decreto 10.024/2019.

## III. DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO:

Trata-se o processo administrativo nº 14474/2023 de pregão eletrônico para registro de preços para futura e eventual aquisição de pneus automotivos novos, não remoldado nem recauchutado e acessórios, devidamente certificados pelo INMETRO, para equiparem os veículos oficiais desta Secretaria Municipal de Educação e do transporte escolar, da requisitante Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Inclusão, Ciência e Tecnologia.

## IV. DOS PEDIDOS E CONTRARRAZÕES:

**A recorrente apresenta suas considerações e após requer:**

- a) o provimento do presente Recurso, amparado nas Razões Recursais, requerendo que o Sr. Pregoeiro reconsidere sua Decisão, classificando a Recorrente nos itens 01, 03, 05, 06, 07, 08 e 11, com a posterior adjudicação dos itens;
- b) a inabilitação das Recorridas GONÇALVES DE SAQUAREMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA e JETTA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA pela não apresentação da documentação completa exigida pelo Edital e, na hipótese inesperada de isso não ocorrer, faça este subir à Autoridade Superior em consonância com o previsto no §4º do artigo 109 da Lei n. 8.666/93;
- c) por derradeiro, requer que a Recorrente seja intimada da Decisão do presente Recurso no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, em respeito ao §4º do artigo 109 da Lei n. 8.666/93, no endereço eletrônico juridico@germanopneus.com.br, para que, em caso de indeferimento, possa impetrar Mandado de Segurança visando a suspensão do certame até deliberação do juízo acerca do caso, ou manejar Representação ao TCE, nos termos do inciso II do mesmo artigo.



PROCESSO Nº

FLS. \_\_\_\_\_ RUBRICA \_\_\_\_\_

**A recorrida JETTA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA apresentou suas contrarrazões na forma que requer:**

- a) Destarte, requer-se desde já o indeferimento, em sua íntegra, do recurso proposto pela RECORRENTE, vista a inexistência de relevância nas alegações propostas.
- b) Por fim, cumpre esta RECORRIDA enaltecer o trabalho realizado pela Comissão de licitação e de seu Pregoeiro.
- c) Ante o exposto, requer que seja completamente indeferido o recurso proposto em função da inaplicabilidade de suas parcas alegações, bem como sejam aceitas as argumentações demonstradas no recurso protocolado pela RECORRIDA, postulando a reforma da decisão proferida pelo Senhor Pregoeiro, declarando a JETTA COMERCIO E SERVICOS LTDA vencedora dos itens "6, 7 e 9", dando prosseguimento as demais fases de adjudicação e posterior homologação do objeto licitado.

## **V. DA ANÁLISE TÉCNICA E DE MÉRITO:**

### **V.I – Da ausência dos catálogos da recorrente:**

**A Recorrente alega em peça de recurso que:**

*“A Recorrente acessou a plataforma eletrônica de Compras do Governo em dia e horário designados através do Instrumento Convocatório, apresentando a documentação necessária para a sua habilitação e participando da disputa pelos itens do Pregão em epígrafe.*

*Contudo, fora desclassificada nos itens 01, 03, 05, 06, 07, 08 e 11 sob a justificativa de que deixou de apresentar os catálogos dos produtos, com fundamento na cláusula 7.5 do Edital.*

*De acordo com o Sr. Pregoeiro durante a sessão, a Recorrente foi convocada para apresentar os catálogos, porém, após encerrado o prazo de convocação via chat do sistema eletrônico, deixou de apresentar os anexos de forma tempestiva.”*

**Após complementa:**

*“Considerando que esta empresa apresentou os catálogos referentes aos itens em que se sagrou vencedora e que o Sr. Pregoeiro deixou de convocar a Recorrente para apresentar os catálogos em momento oportuno, qual seja, quando passou a arrematação dos itens para esta empresa e, considerando que as Recorridas deixaram de cumprir com as exigências editalícias,*





PROCESSO Nº

FLS. \_\_\_\_\_ RUBRICA \_\_\_\_\_

*a Recorrente apresenta estas Razões Recursais, a fim de que a Decisão tomada seja reanalisada pelo Sr. Pregoeiro e Equipe de Apoio.”*

**Resposta ao Recorrente:**

Transcorrendo sobre o pleito interposto pelo licitante inicialmente trago a baila o texto do Edital nº 012/2023, do item 7.5 que diz:

*7.5 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;*

Quanto a alegação trazida pelo licitante, cabe ressaltar que estamos diante do princípio de vinculação ao instrumento convocatório, ou seja, vinculação as regras contidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 012/2023, as quais o licitante em questão não cumpriu, pois não se atentou ao chat conforme colaciono abaixo:

Pregoeiro	28/02/2024 10:55:03	Senhores Licitantes, informo que neste momento irei prosseguir a etapa de julgamento de propostas. Solicito que permaneçam conectados.
Pregoeiro	28/02/2024 11:03:25	Senhores licitantes, para melhor classificação das propostas e verificação de conformidade com o termo de referência, informo que estarei solicitando o catálogo de todos os itens na forma do item 10.5 e subitens do edital.
Pregoeiro	28/02/2024 11:03:55	O prazo máximo de envio será de 02(duas) horas a contar da convocação.
Sistema	28/02/2024 11:04:13	Senhor fornecedor GERMANO PNEUS LTDA, CNPJ/CPF: 48.926.883/0001-91, solicito o envio do anexo referente ao ítem 1.
Sistema	28/02/2024 11:05:35	Senhor fornecedor GERMANO PNEUS LTDA, CNPJ/CPF: 48.926.883/0001-91, solicito o envio do anexo referente ao ítem 2.
Sistema	28/02/2024 11:06:52	Senhor fornecedor GERMANO PNEUS LTDA, CNPJ/CPF: 48.926.883/0001-91, solicito o envio do anexo referente ao ítem 3.
Sistema	28/02/2024 11:08:35	Senhor fornecedor GERMANO PNEUS LTDA, CNPJ/CPF: 48.926.883/0001-91, solicito o envio do anexo referente ao ítem 4.
Sistema	28/02/2024 11:11:20	Senhor fornecedor GERMANO PNEUS LTDA, CNPJ/CPF: 48.926.883/0001-91, solicito o envio do anexo referente ao ítem 5.
Sistema	28/02/2024 11:14:12	Senhor fornecedor GERMANO PNEUS LTDA, CNPJ/CPF: 48.926.883/0001-91, solicito o envio do anexo referente ao ítem 6.
Sistema	28/02/2024 11:18:55	Senhor fornecedor GERMANO PNEUS LTDA, CNPJ/CPF: 48.926.883/0001-91, solicito o envio do anexo referente ao ítem 7.
Sistema	28/02/2024 11:20:08	Senhor fornecedor GERMANO PNEUS LTDA, CNPJ/CPF: 48.926.883/0001-91, solicito o envio do anexo referente ao ítem 8.
Sistema	28/02/2024 11:23:08	Senhor fornecedor GERMANO PNEUS LTDA, CNPJ/CPF: 48.926.883/0001-91, solicito o envio do anexo referente ao ítem 9.





PROCESSO Nº

FLS. \_\_\_\_\_ RUBRICA \_\_\_\_\_

Sistema	28/02/2024 11:24:03	Senhor fornecedor GERMANO PNEUS LTDA, CNPJ/CPF: 48.926.883/0001-91, solicito o envio do anexo referente ao item 10.
Sistema	28/02/2024 11:25:24	Senhor fornecedor GERMANO PNEUS LTDA, CNPJ/CPF: 48.926.883/0001-91, solicito o envio do anexo referente ao item 11.

Conforme colagem acima é indispensável considerar que a recorrente foi devidamente convocada a apresentar os catálogos que comprovassem a conformidade dos pneus ofertados com as especificações técnicas exigidas no edital em comparativo ao termo de referência. No entanto, não atendeu à convocação realizada no chat dentro do prazo estipulado pelo edital (duas horas), o que levou à sua desclassificação, conforme previsão expressa no instrumento convocatório. Logo, as argumentações de que: “*Considerando que esta empresa apresentou os catálogos referentes aos itens em que se sagrou vencedora e que o Sr. Pregoeiro deixou de convocar a Recorrente para apresentar os catálogos em momento oportuno...*” não merecem prosperar, conforme demonstrado acima e em análise paralela ao que dispõe o instrumento convocatório, *in verbis*:

*10.5 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2(duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.*

*10.5.1 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.*

*10.5.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.*

Esta exigência é fundamentada na necessidade de comprovar a conformidade dos pneus com as especificações técnicas exigidas, garantindo a segurança e a eficácia dos produtos a serem adquiridos pela administração. A falta dessa documentação impede a verificação da adequação dos produtos, justificando a desclassificação da proposta conforme estabelecido no item 7.5 do edital.



PROCESSO Nº

FLS. \_\_\_\_\_ RUBRICA \_\_\_\_\_

A não apresentação dos catálogos dentro do prazo estabelecido, apesar da convocação, configura o descumprimento de uma exigência fundamental do edital, o que justifica a desclassificação da proposta da empresa.

Importante destacar, que cumprindo com o estabelecido do instrumento convocatório, foi oportunamente esclarecido a licitante sobre a não apresentação dos catálogos, conforme demonstrado:

*9.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.*

Pregoeiro	05/03/2024 10:15:35	Para GERMANO PNEUS LTDA - Senhor(a) fornecedor(a), bom dia! Está conectado(a)? Prazo limite de resposta será de 05(cinco) minutos.
48.926.883/0001-91	05/03/2024 10:17:04	Sim, Sr pregoeiro.
48.926.883/0001-91	05/03/2024 10:17:43	Em consulta mais detalhada na documentação do participante M F C DISTRIBUIDORA E SERVICOS LTDA, CNPJ: 51.710.261/0001-36, nos itens: 1,3,5,6,7,8. verificamos também que não apresentou na documentação o Certificado de Garantia do Fabricante exigido no Anexo I - Termo de Referência, além de não mencionar em sua proposta o MODELO E FABRICANTE e não apresenta
48.926.883/0001-91	05/03/2024 10:19:31	mandei email
Pregoeiro	05/03/2024 10:19:34	Para GERMANO PNEUS LTDA - Senhor licitante, verifiquei que não apresentou catálogo para o item 01 no prazo solicitado, gostaria de fazer alguma manifestação no momento?
48.926.883/0001-91	05/03/2024 10:20:10	Bom dia
48.926.883/0001-91	05/03/2024 10:21:31	nao foi apresentado pq não ganhamos esse item, posso apresentar agora?
48.926.883/0001-91	05/03/2024 10:22:03	ficamos na 2 colocação, aguardo a sua convocação
48.926.883/0001-91	05/03/2024 10:22:29	assim como nos demais itens
Pregoeiro	05/03/2024 10:23:06	Para GERMANO PNEUS LTDA - Senhor licitante, espero que compreenda que conforme item 7.5 7.5 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
Pregoeiro	05/03/2024 10:24:23	Para GERMANO PNEUS LTDA - Prestigiando pela isonomia neste certame aos demais licitantes que apresentaram o catálogo de forma tempestiva, estarei rejeitando a sua proposta para os itens em que não houve apresentação de catálogo.





PROCESSO Nº

FLS. \_\_\_\_\_ RUBRICA \_\_\_\_\_

Pregoeiro	05/03/2024 10:28:01	Para GERMANO PNEUS LTDA - Agradeço pelas manifestações tempestivas. E informo que prosseguirei com as demais etapas do certame.
48.926.883/0001-91	05/03/2024 10:28:53	sr foi apresentado dos itens que eu ganhei, confirme solicitado, os itens que nao ficamos na primeira colocação , estamos no aguardo da convocação

Assim, convém mencionar que o formalismo moderado não pode se sobrepor ao princípio constitucional da isonomia e da igualdade entre os licitantes, uma vez que propiciar que a recorrente apresentasse catálogos em momento posterior vai de encontro a garantia de um tratamento diferenciado em relação as demais licitantes que apresentaram seus catálogos em momento oportuno e contrastando, ainda, para eficiência da condução do certame licitatório, uma vez que já foi pré-fixado na forma da normativa e do edital o prazo mínimo de 02(duas) horas para convocação de documentos, devendo ser encarada, de mesma forma, a perda de economia em escala que se resulta em decorrência de morosidade em um procedimento licitatório, considerando todos os custos finais diretos e indiretos.

*Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (Grifei e negritei - Lei 8.666/93)*

Concluindo, cumpre-se evidenciar a previsão de solicitação de catálogos no edital (item 10.5.2) e no risco da perda de negócio pela inobservância do chat (item 7.5), ocorrendo omissão e sendo a recorrente preclusa na apresentação dos documentos solicitados.

#### **V.II – Do atestado da recorrida GONÇALVES DE SAQUAREMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA:**

##### **A Recorrente alega em peça de recurso que:**

*“Deste modo, infere-se que o Instrumento Convocatório é cristalino ao determinar que a licitante deve apresentar o certificado de garantia do fabricante, bem como atestado de capacidade técnica com fornecimento de material compatível com o objeto do certame.*

*Entretanto, a Recorrida GONÇALVES DE SAQUAREMA apresentou atestado de capacidade técnica com fornecimento de material incompatível com o objeto do certame.*

{...}



PROCESSO Nº

FLS. \_\_\_\_\_ RUBRICA \_\_\_\_\_

*Ademais, a Recorrida deixou de apresentar o certificado de garantia do fabricante exigido pela Administração, nos termos da cláusula 12 do Termo de Referência.”*

**Resposta ao Recorrente:**

Inicialmente, é fundamental salientar que o objeto desta licitação se trata de mero fornecimento de pneus, as condições que garantem a qualidade dos itens ofertados pelas licitantes estão expostas em dois pontos no edital:

1. Na Declaração de fornecimento de produtos certificados pelo INMETRO (ANEXO IX – item 11.12.3 do edital); e
2. Nos descritivos técnicos dos itens constantes no item 03 do Termo de Referência (ANEXO I), cuja confirmação foi demonstrada com o comparativo aos catálogos solicitados.

Os atestados de fornecimento apresentados pela recorrida, mesmo referentes a itens diversos, foram aceitos conforme os critérios estabelecidos no edital. Esta decisão se baseia na compreensão de que a experiência demonstrada por meio dos atestados, mesmo que de produtos diferentes, pode indicar a capacidade do fornecedor em cumprir com as exigências logísticas, técnicas e de qualidade necessárias para o fornecimento de pneus. O edital permite essa flexibilidade na avaliação dos atestados, visando não restringir a competitividade, desde que seja possível assegurar que o fornecedor atende aos requisitos de qualidade e segurança estabelecidos.

*11.11.1 Atestado de capacidade técnica expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a proponente executou de forma satisfatória os contratos assumidos, cujo objeto seja igual ou similar ao deste processo licitatório;*

Ademais, ao analisar o atestado de fornecimento, que diz respeito a materiais de construção e elétricos, a Administração Pública deve considerar a natureza e a complexidade dos bens fornecidos. Embora à primeira vista possa parecer que não há semelhança entre o fornecimento de pneus e o de materiais de construção e elétricos, é possível argumentar que a experiência comprovada no fornecimento de itens de construção e elétrico demandam especificações técnicas detalhadas e rigorosas, sendo extremamente relevante considerar a logística de seu fornecimento.

Acrescendo, é importante ressaltar que o julgamento deste certame foi realizado com cautela, tendo em vista as especificidades técnicas e de segurança inerentes aos pneus automotivos, que são essenciais para garantir a segurança e o desempenho adequados dos veículos oficiais.

Consequentemente, a exigência de declaração de registro dos pneus no Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) é justificada pela necessidade de assegurar que os produtos atendam a padrões técnicos nacionais de qualidade e segurança. Pneus são itens de





PROCESSO Nº

FLS. \_\_\_\_\_ RUBRICA \_\_\_\_\_

segurança veicular e, como tal, requerem atenção especial quanto à sua qualidade e conformidade com as regulamentações vigentes. O registro no INMETRO garante que os pneus passaram por testes e avaliações rigorosas, cumprindo com os requisitos técnicos específicos para sua utilização.

Contrário ao formalismo exacerbado de desconsiderar atestados de fornecimento de produtos não diretamente relacionados, neste caso, os atestados de fornecimento de materiais de construção e elétricos foram aceitos. Esta decisão foi baseada na compreensão de que a experiência comprovada na gestão logística e na garantia da qualidade de materiais diversos, mesmo não sendo pneus especificamente, evidenciando a capacidade do fornecedor de atender aos requisitos contratuais e técnicos para fornecimento de pneus. Esta decisão é sustentada pela flexibilidade permitida pela legislação, a qual permite ao pregoeiro avaliar a equivalência das experiências com base na relevância e na adequação ao objeto da licitação.

Finalmente, trago a luz ao recorrente que em consulta ao CNPJ da recorrida GONCALVES DE SAQUAREMA COMERCIO E SERVICOS LTDA na base de dados do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF – Consulta Nível V – Qualificação Técnica é possível ainda visualizar um atestado de capacidade técnica emitido para a recorrida datado de 02 de outubro de 2023, cujo objeto é: “fornecimento de borracharia entregando pneus e câmaras automotivas”, de extrema semelhança ao objeto licitado no pregão 012/2023.

O Sicafe é base de dados nacional transparente, que permite acesso a todos os demais fornecedores, com previsão em edital para substituição dos documentos de habilitação apresentados no momento de cadastro das propostas:

*7.3 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.*

O atestado constante no cadastro da recorrida contrapõe, de forma inquestionável, as alegações da recorrente que: “a Recorrida GONÇALVES DE SAQUAREMA apresentou atestado de capacidade técnica com fornecimento de material incompatível com o objeto do certame.”.

#### **V.III – Da não apresentação de garantia de fabricante:**

Em conclusão, entendo que o referido recurso não merece prosperar haja visto que o licitante não apresentou a documentação exigida no edital, violando assim o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

#### **A Recorrente alega em peça de recurso que:**

*“Deste modo, infere-se que o Instrumento Convocatório é cristalino ao determinar que a licitante deve apresentar o certificado de garantia do fabricante,*





PROCESSO Nº

FLS. \_\_\_\_\_ RUBRICA \_\_\_\_\_

{...}

*Ademais, a Recorrida deixou de apresentar o certificado de garantia do fabricante exigido pela Administração, nos termos da cláusula 12 do Termo de Referência. Quanto à Recorrida JETTA, também deixou de apresentar o certificado de garantia do fabricante exigido. Ambas as afirmações podem ser verificadas através do rol de documentos juntados pelas licitantes, nas pastas de documentos de habilitação do Pregão (lista anexa)."*

### **Resposta ao Recorrente:**

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório, presente na Lei 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos) estabelece que tanto a administração pública quanto os licitantes devem seguir estritamente as regras e condições definidas no edital da licitação. Esse princípio é fundamental para garantir a isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a vinculação dos participantes às normas previamente estabelecidas, assegurando a transparência e a objetividade do processo licitatório.

Na Lei 8.666/93, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório é explícito em diversos artigos, em especial no Art. 41, significa que o edital da licitação é a lei entre as partes, não podendo ser alterado de forma a prejudicar ou beneficiar algum participante específico após a abertura do processo.

*Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada. (Lei 8.666/93)*

A Lei 8.666/93 também estabelece em *numerus clausus* os documentos necessários para habilitação (Art. 27 ao 31), que inclui habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e trabalhista. Este rol taxativo significa que a administração pública não pode exigir documentos ou condições de habilitação que não estejam expressamente previstos na lei, reforçando o princípio da legalidade e garantindo que os requisitos para participação sejam claros e acessíveis a todos os interessados.

Destarte, um edital de licitações não pode sobrepor-se à lei por diversas razões fundamentais que se alinham aos princípios do direito administrativo e à própria natureza do processo licitatório. Estas razões incluem:

1. **Hierarquia das Normas:** No ordenamento jurídico brasileiro, existe uma hierarquia de normas, onde a Constituição Federal está no topo, seguida pelas leis complementares e ordinárias, e depois pelos decretos, regulamentos e outros atos normativos. Um edital de licitação, sendo um ato administrativo, encontra-se em um nível inferior na hierarquia e, portanto, não pode contrariar ou sobrepor-se às leis e muito menos à Constituição;



PROCESSO Nº

FLS. \_\_\_\_\_ RUBRICA \_\_\_\_\_

2. **Legalidade:** O princípio da legalidade é um dos mais importantes no direito administrativo e estabelece que a administração pública só pode fazer o que está expressamente autorizado em lei. Em outras palavras, enquanto o cidadão pode fazer tudo aquilo que a lei não proíbe, o poder público só pode fazer aquilo que a lei permite. Este princípio está consagrado na Constituição Federal de 1988, no artigo 37, caput. Assim, um edital de licitação, que é um ato administrativo, deve estar em estrita conformidade com a legislação vigente, não podendo contrariá-la.
3. **Segurança Jurídica e Previsibilidade:** A impossibilidade de um edital sobrepor-se à lei também está ligada ao princípio da segurança jurídica, que assegura estabilidade, previsibilidade e confiança nas relações jurídicas. Os licitantes e participantes do processo licitatório devem ter clareza sobre as regras e requisitos, que devem ser estabelecidos com base na legislação. Isso evita arbitrariedades e garante que todos os interessados possam competir em igualdade de condições.
4. **Isonomia entre os Licitantes:** A aderência estrita às leis nas licitações assegura que todos os participantes sejam tratados de forma igualitária, sem favorecimentos ou discriminações. Um edital que se sobreponha à lei poderia criar regras que beneficiassem determinados participantes ou que restringissem indevidamente a competição, violando o princípio da isonomia.

Em resumo, a subordinação dos editais de licitação à lei é um requisito fundamental para garantir a legalidade, a justiça, a transparência e a competitividade do processo de licitação, evitando abusos e garantindo que o interesse público seja atendido da melhor forma possível.

Eis que, os documentos exigidos como documentos de habilitação no edital são os constantes no item 11 e subitens do edital, não contemplando solicitação de garantia de fabricante como documento de habilitação, mas sim uma condição para execução do fornecimento, uma vez que o prazo de garantia só iniciará com a entrega do produto.

Por todo o exposto, e elucidados todos os pontos, declaro que as argumentações da recorrente não merecem prosperar, após análise acurada dos documentos fornecidos, incluindo o Edital do Pregão Eletrônico 012/2023, a ata da sessão pública do pregão, o recurso apresentado pela GERMANO PNEUS LTDA e a legislação pertinente (Lei 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decreto Federal 10.024/19).





PROCESSO Nº

FLS. \_\_\_\_\_ RUBRICA \_\_\_\_\_

## VI. DA CONCLUSÃO E DECISÃO:

Em razão do acima exposto, recebo o recurso apresentado, dele tomo conhecimento, pois tempestivo e presentes os requisitos de admissibilidade e no mérito julgo como **IMPROCEDENTE**.

Firmo que a recorrente **não assiste razão** em suas alegações, por não restar dúvidas quanto a regularidade dos atos praticados durante a condução do certame Pregão Eletrônico 012/2023.

Mantenho a decisão em habilitar as licitantes:

1. **GONÇALVES DE SAQUAREMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**
2. **JETTA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, pelo cumprimento integral

do edital.

Dê ciência da decisão à licitante requerente e demais concorrentes e interessados na licitação.

Por fim, envie a autoridade competente para decisão final.

Saquarema, 20 de março de 2024.

  
GUILHERME CASTRO  
Pregoeiro  
Guilherme V. e Castro  
Diretor Adjunto de Licitação  
Mat. 8109